



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº: 71/2021

Processo Licitatório nº: 185/2021

Objeto do Processo: Registro de preços para futura aquisição de jogos educativos e materiais esportivos destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Recorrente: K.S. Artigos Esportivos Eireli

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa K.S. Artigos Esportivos Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 19.444.651/0001-07, contra a habilitação da licitante Francesquett Atacado e Varejo Eireli, no Processo Licitatório nº 185/2021, Pregão Eletrônico nº 71/2021.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Verifica-se a tempestividade e a regularidade do recurso, uma vez que foi enviado dentro do prazo de 03 (três) dias conforme estabelecido no art. 44, § 1º do Decreto Federal nº 10.024/2019.

2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

A recorrente solicita através do presente recurso a reforma da decisão que julgou habilitada a licitante Francesquett Atacado e Varejo Eireli. A recorrente alega que a recorrida não está apta a participar de licitações, pois foi declarada inidônea junto aos CEIS, conforme as razões expostas na peça recursal que faz parte integrante do processo licitatório.

É a breve síntese.

3. DA ANÁLISE

Inicialmente verifica-se que foram atendidos os requisitos de admissibilidade da intenção de recurso, quais sejam, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

O artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93 explicita que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada”. O edital, neste caso, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo município. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

Neste sentido, Hely Lopes Meirelles ensina:



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora. (In Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39)

Contudo, o disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Deve-se utilizar o formalismo moderado, que se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

O item 20.4. do edital estabelece que *"as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação."*

Os agentes públicos deverão atuar ao examinar as propostas com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Não se devem excluir quaisquer licitantes por equívocos ou erros formais atinentes à apresentação da proposta.

As informações demandadas na proposta apresentada por licitantes devem ser dotadas de clareza, sendo que, no caso de dúvidas, cabe ao gestor público valer-se da faculdade contida no § 3º art. 43 da Lei 8.666/1993, promovendo diligências, para saneamento dos fatos, se necessário. Com efeito, destaca-se que se houver alguma dúvida sobre as informações constantes na proposta, é dever do agente público buscar a verdade material do mesmo ao efetuar material e formalmente uma diligência.

No caso em discussão, a pregoeira vale-se do disposto no § 3º art. 43 da Lei 8.666/1993, realizando consulta junto ao CEIS, a fim de verificar se consta sanção aplicada contra a empresa Francesquett Atacado e Varejo Eireli. Na consulta pode-se verificar que a empresa realmente foi declarada inidônea



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

para participar de licitações, contudo, a inidoneidade se restringe ao Estado da Bahia e está fundamentada no art. 186, inciso III da lei Estadual nº 9433/2005, conforme pode ser verificado no relatório de consulta em anexo.

O art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93, conceitua e diferencia o termo “Administração Pública” do termo “Administração”, conforme exposto abaixo:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XI - Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

XII - Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;

(...)

Considerando que a sanção aplicada se restringe ao estado da Bahia, pode-se aferir que a licitante Francesquett Atacado e Varejo Eireli, não está impedida de participar de licitações no âmbito da “Administração Pública”, mas somente da “Administração”, não havendo motivo para impedi-la de participar do pregão.

Portanto, baseada nas informações obtidas, opino no sentido de que não há motivo para reforma da decisão expedida pela pregoeira.

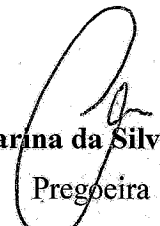
5. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, em observância aos princípios inerentes as licitações, **CONHEÇO** do recurso apresentado pela empresa, **K.S. Artigos Esportivos Eireli**, tendo em vista a sua tempestividade, *e opino*, por negar provimento, ao recurso apresentado.

Desta forma, nada mais havendo a relatar submetemos à Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista o princípio do duplo grau de jurisdição e conforme preceitua o art. 13, inc. IV do Decreto Federal nº 10.024/2019.

Atenciosamente,

Frederico Westphalen, 09 de novembro de 2021.


Carina da Silveira
Pregoeira

Sanção Aplicada - CEIS

Data da consulta: 04/11/2021 08:14:52

Data da última atualização: 03/11/2021 18:00:05

Quantidade de sanções encontradas: 1

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita

FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI -
13.674.709/0001-14

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA

Nome informado pelo Órgão sancionador

FRANCESQUETT
ATACADO E VAREJO
EIRELI (ANTIGA: STAUDT
& FRANSEQUETT LTDA

Nome Fantasia

SEM INFORMAÇÃO

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sanção

INIDONEIDADE -
LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Fundamentação legal

ART. 186, INCISO III, LEI
9433/2005

Descrição da fundamentação legal

AO CANDIDATO A CADASTRAMENTO, AO LICITANTE E AO CONTRATADO, QUE INCORRAM NAS FALTAS PREVISTAS NESTA LEI, APLICAM-SE, SEGUNDO A NATUREZA E A GRAVIDADE DA FALTA, ASSEGURADA A DEFESA PRÉVIA, AS SEGUINTE SANÇÕES: III- DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DESTA PUNIÇÃO E ATÉ QUE SEJA PROMOVIDA SUA REABILITAÇÃO PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Data de início da sanção

07/04/2021

Data de fim da sanção

**

Data de publicação da sanção

07/04/2021

Publicação

DIÁRIO OFICIAL DO
ESTADO SEÇÃO
LICITAÇÃO PAGINA 10

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado

**

Número do processo

0200180101020

Abrangência definida em decisão judicial

SEM INFORMAÇÃO

Observações

SANÇÃO ADMINISTRATIVA APLICADA NO ÂMBITO DO ESTADO DA BAHIA.

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome

GOVERNO DO ESTADO
DA BAHIA (BA)

Complemento do órgão sancionador

UF do órgão sancionador

BA

ORIGEM DA INFORMAÇÃO

Órgão/Entidade

GOVERNO DO ESTADO
DA BAHIA (BA)

Endereço

2º AVENIDA Nº 200 -
CENTRO
ADMINISTRATIVO DA
BAHIA

**Contatos da origem da
informação**

71 3115-1782

E-mail

COMISSAO.CADASTRO@
SAEB.BA.GOV.BR;

**Data de registro no
sistema**

07/04/2021

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DESPACHO DE JULGAMENTO

Pregão Eletrônico nº: 71/2021

Processo Licitatório nº: 185/2021

Objeto do Processo: Registro de preços para futura aquisição de jogos educativos e materiais esportivos destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Recorrente: K.S. Artigos Esportivos Eireli

Com base nas informações prestadas pela Pregoeira e em consonância com o art. 50, inc. V, c/c 56, § 1º, da Lei Federal nº 9.784/1999, ratifico a opinião proferida para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO**, ao recurso apresentado pela licitante K.S. Artigos Esportivos Eireli, sendo mantida a decisão da pregoeira.

Acolho integralmente os fundamentos e as conclusões expostas como razões de decidir.
Dê-se Ciência aos Interessados.

Frederico Westphalen, 11 de julho de 2021.

